

## **Ata da 1º Reunião Ordinária do Conselho Municipal Desenvolvimento Sustentável de Meio Ambiente de 2022.**

Em 28 de abril de dois mil e vinte e dois, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Municipal de Meio Ambiente do corrente ano, tendo iniciado às quatorze horas do mesmo dia, com a presença dos seguintes participantes:

- 1- Marco Sérgio Bernardes de Souza (Membro Titular) representando a Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócios;
- 2- Elisângela Cristina Cendretti Bernardes de Souza (Membro Titular) representando o Conselho da Classe e Associação Profissional com sede ou Representação no Município;
- 3- Alexandre Humberto Azevedo Bevilaqua (Membro Titular) representando o Setor Produtivo;
- 4- Diana Dantas Rodrigues (Fiscal do meio Ambiente);
- 5- José Sávio de Amaral Jardim Monteiro (Membro Titular) representando a Entidade Civil e de Defesa do Meio Ambiente;
- 6- João Batista Guimarães Câmara Neto (Membro Titular) representando a Secretaria de Assuntos Jurídicos.
- 7- Patricia Mendes Chicarino Ribeiro (Assessora de Especial de Agricultura)

O Secretário Municipal Marco Sérgio deu as boas vindas aos novos conselheiros, informou que pela atual legislação municipal a presidência fica a cargo do representante do Secretario da pasta, nesse momento o conselheiro Sávio salientou a importância de se ter um Secretario Executivo para ajudar nos trabalhos burocráticos do conselho, e foi informado pelo Sr. Marco que num primeiro momento uma pessoa da Secretaria Sr. Patricia Mendes iria auxiliar as reuniões nesse quesito, o agora Presidente apresentou os assuntos a serem discutidos como pauta pelo Conselho.

O primeiro assunto foi informar sobre o Programa REURB (Programa de Regularização Fundiária Urbana), que foi adiado para próxima reunião por falta de material a ser fornecido pela Secretaria de Obras.

Segundo assunto da pauta foi a questão das podas e supressões 2022 em áreas públicas. O Secretário apresentou um balanço das ações executadas no ano 2021 e início de 2022, de intervenções em áreas problemáticas, que surtiram efeito no presente ano na época das chuvas, onde não ocorreram problema de queda de árvores e galhos que causavam grandes transtornos para a Defesa Civil municipal. José Sávio sugeriu como opinião que para cada árvore podada ou derrubada, que seja plantada uma nova muda ou se siga a legislação vigente, a conselheira Elisângela ressaltou a dificuldade da conservação das mudas por parte da Secretaria de Meio Ambiente e definição dos locais de plantio, para finalizar o conselheiro Marco Sérgio informou que a Secretaria vai criar uma taxa para vistorias das árvores e a Taxa de Compensação Ambiental, onde o municípe recolherá a taxa e a mesma será destinada ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, para execução de ações de restauração florestal, pagamento de serviços ambientais, arborização urbana e demais projetos da secretaria, o montante será informado ao conselho e a proposta de uso apresentado ao mesmo semestralmente, sendo que o conselho acatará ou não a proposta, podendo sugerir novas ações.

O Presidente explicou ainda sobre o Plano da Mata Atlântica, que o existe uma proposta para financiamento da elaboração do mesmo, através de um Processo

promovido pelo GAEMA – Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente, contra a Usina Paulista Queluz Energia, sendo ela a subsidiadora do Plano e a mesma faria uma doação para execução de algumas ações, sendo que a proposta seria de fazer no Morro do Cristo, área frágil dentro dos limites urbanos do município.

Alexandre Humberto falou sobre uma proposta parceria com empresas na questão Ambiental.

Na sequência o Presidente apresentou o terceiro assunto de pauta, a nova Lei de APP (Área de Preservação Permanente) urbana, a conselheira Elisângela explicou a proposta de Lei, mas salienta da preocupação dela ser bem feita a fim de não ter precedentes de impugnação, João Câmara explicou o Plano Diretor, falando sobre as áreas de risco em torno do Rio Paraíba, o que limitaria a aplicação da Lei. Ficou acordado do envio da Lei federal a ser analisada pelos conselheiros e na próxima reunião entrará como pauta.

O ultimo assunto em pauta foi sobre uma multa levada pela munícipe Lilian de Oliveira, por ter cortado uma árvore, e a principio não ter comprovado a compensação, ocorrido na gestão 2013/2016, a multa foi para a divida ativa, segundo a fiscal de meio ambiente Diana Dantas Rodrigues, a mesma executou a compensação, entretanto o responsável pela pasta na época não extinguiu a multa, e explicou que se fal necessário após consulta com a Secretaria de Assuntos Jurídicos, através do Conselho a aprovação da extinção da multa ou não. O Presidenete abriu a votação e por unanimidade foi aprovada a extinção da referida multa.

Ficou sugerido algumas ações para o Conselho: elaborar o regimento interno, publicidade para as Atas do Conselho através do site da Prefeitura e estudar a possibilidade de unificação deste conselho com o de Desenvolvimento Rural, assuntos a serem discutidos na proxima reunião.

A presidência sugeriu data e horário fixo para as reuniões ordinárias que são mensais, toda segunda terça feira do mês, as 14 (quatorze) horas, elas serão on-lines e/ou presenciais a serem definidas a modalidade dependendo do assunto de pauta. Abriu-se para votação e foi unanime a aprovação.

Nada mais sendo a ser tratado a reunião foi encerrada às dezesseis horas do mesmo dia.

---

---

---

## **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Meio Ambiente de 2022**

Em dezessete de maio de dois mil e vinte e dois, foi realizada a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente do corrente ano, tendo iniciado às quatorze horas e trinta e cinco minutos do mesmo dia, com a presença dos seguintes participantes:

- 1- Marco Sérgio Bernardes de Souza (membro titular) representando a Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócios;
- 2- Elisângela Cristina Cendretti Bernardes de Souza (membro titular) representando o Conselho da Classe e Associação Profissional com sede ou Representação no município;
- 3- Diana Dantas Rodrigues (Fiscal do Meio Ambiente);
- 4- José Sávio de Amaral Jardim Monteiro (membro titular) representando a Entidade Civil e de Defesa do Meio Ambiente;
- 5- João Batista Guimarães Câmara Neto (membro titular) representando a Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- 6- Patrícia Mendes Chicarino Ribeiro (Assessora especial de Agricultura);
- 7- Osiel Ferreira Soares (representando a Secretaria de Obras).

O Secretário Municipal Marco Sérgio deu as boas vindas aos participantes da reunião e informou a principal pauta que foi a questão do REURB (Fazenda São José, Carcélis, Maurício e Cascatinha), que agora com todos documentos em mãos pode-se discutir as questões.

O Conselho está discutindo também o parecer de Diana Dantas Rodrigues nas questões ambientais da “Fazenda São José”.

José Sávio questionou o parecer do doutor João Câmara em algumas questões do REURB.

Diana Dantas Rodrigues questiona Osiel (representante do Setor de Obras) sobre os mapas e assuntos urbanísticos que envolvem o REURB.

Osiel explica os mapas.

José Sávio lê os laudos de parecer das questões do REURB para a Fazenda São José, considerada REURB E.

Elisângela informa que o laudo de Adriana Araújo para áreas de riscos foi feito.

O Conselho discute sobre as leis do REURB e a lei do código ambiental: Lei do REURB 13465 de 2017 e Lei do Código Florestal 12651 de 2012.

José Sávio sugere que o Conselho veja os documentos e as leis para qualquer tipo de parecer, ou seja, aprovando ou pedindo uma retificação, opina ainda que para qualquer questão de reurbanização deveria ter um caráter ambiental.

Marco Sérgio questiona sobre o Brejo, localizado na Fazenda São José, e é informado que começa a ser pego pela borda.

Osiel explica que no loteamento em questão, a prioridade é a área de preservação.

Elisângela explica sobre a regularização fundiária, que diferentemente de quando é loteamento, que tem uma obrigação de 30% de área verde, na Regularização Fundiária não tem essa obrigação.

Diana sugere que coloque uma numeração nos lotes de acordo com os mapas.

Marco Sérgio sugere pegar uma foto de 2017 e uma de 2022, comparar e ver o que avançou e o que não avançou e relatar tudo para fazer um laudo de um parecer mais específico.

Elisângela demonstra preocupação com o saneamento básico desse loteamento, ressaltando a rede de esgoto jogada no curso d'água.

João Câmara sugere que Diana compare as três leis, usando como marco temporal 2017, para que o Conselho faça um parecer.

Marco Sérgio explica que tem uma área em questão (REURB Carcélis), que não será utilizada porque é um loteamento íngreme e conclui ainda que as dúvidas apresentadas por José Sávio em relação às leis e aos laudos têm bastante coerência e afirma ainda que essas questões têm que ser muito bem analisadas e muito bem explicadas.

Ficou sugerido para a próxima reunião do Conselho os laudos mais detalhados e melhor explicado das questões do REURB (Fazenda São José, Carcélis, Maurício e Cascatinha).

A presidência sugeriu que a próxima reunião fosse realizada na parte da manhã, para facilitar a presença dos demais membros.

Nada mais sendo a ser tratado a reunião foi encerrada às dezesseis horas do mesmo dia.

## **Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Meio Ambiente de 2022.**

No dia nove (9) de agosto de dois mil e vinte e dois (2022), foi realizada a Terceira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Meio Ambiente do corrente ano, tendo iniciado às dez horas e vinte minutos (10:20hs) do mesmo dia, com a presença dos seguintes participantes:

- 1- Marco Sérgio Bernardes de Souza (Membro Titular) representando a Secretaria do Meio Ambiente;
- 2- Elisângela Cristina Cendretti Bernardes de Souza (Membro Titular) representando o Conselho da Classe e Associação Profissional com sede ou Representação no Município;
- 3- Alexandre Humberto Azevedo Bevilaqua (Membro Titular) representando o Setor Produtivo;
- 4- Diana Dantas Rodrigues (Fiscal do Meio Ambiente);
- 5- José Sávio de Amaral Jardim Monteiro (Membro Titular) representando a Entidade Civil e de Defesa do Meio Ambiente;
- 6- João Batista Guimarães Câmara Neto (Membro Titular) representando a Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- 7- Patrícia Mendes Chicarino Ribeiro (Assessora Especial de Agricultura);
- 8- Carlos Mateus Gomes Garcez (Vice-Prefeito) representando o Poder Executivo;
- 9- Adriana Cristina de Araújo (Membro Titular) representando a Defesa Civil;
- 10- Sidney José Ferreira, representando a Secretaria de Planejamento de Obras e Serviços.

Marco Sérgio deu boas vindas aos conselheiros e convidados, informando as pautas principais da Reunião.

Marco Sérgio informou que a pauta principal seria a reforma da Praça Marechal Floriano Peixoto e do Calçadão Edmundo Alves da Fonseca.

Elisângela explicou sobre a pauta principal, explicando que a supressão de 4 árvores (4 Ficus) da Praça Marechal Floriano Peixoto foi uma

autorização de um processo por via rápida e uma Tipuana no Calçadão Edmundo Alves também por Via Rápida.

Diana expressou a opinião sobre a reforma da Praça Marechal Floriano Peixoto e sobre o Calçadão Edmundo Alves da Fonseca.

Adriana ressaltou que a reforma está acontecendo em uma área de Preservação, de APP e Elisângela explica que esse foi o motivo de ter feito por Via Rápida, pois se não fosse área de APP somente o setor de fiscalização ambiental poderia fazer a fiscalização.

Marco Sérgio explicou que foi instalado uma câmera na praça e a árvore está atrapalhando, deixando ponto cego, sendo esse também um dos motivos da supressão. Falou ainda que tanto a reforma da Praça quanto a reforma do Calçadão será recurso do MIT e explicou que no lugar dessas árvores que serão suprimidas será plantado outras no lugar.

Ney explicou sobre a poda das árvores na praça, justificando que aquelas árvores não são propícias para aquele tipo de calçamento.

Elisângela conta que uma das justificativas da Via Rápida sobre a supressão das árvores era justamente não estarem em lugar propício, causando pontos escuros e favorecendo até usuários de drogas.

Alexandre Humberto resalta que deve haver uma justificativa técnica, que seja coerente de acordo com as necessidades da comunidade.

José Sávio pede explicação sobre o projeto, se o motivo da pauta seria a reclamação da população com as questões da reforma ou o questionamento sobre se o projeto tem procedimento legal da CETESB e sobre o Via Rápido.

Marco Sérgio explica para José Sávio a pauta, falando que para todas as árvores suprimidas vão ser plantadas outras no lugar, provavelmente Palmeiras.

Marco Sérgio explica que esta pauta passa pelo Conselho de Meio Ambiente para informar e deixar ciente que todas as árvores suprimidas vão ser compensadas e informa ainda que a obra da Praça é um recurso do MIT para melhorar a arquitetura do local.

José Sávio pergunta sobre qual a necessidade da reforma da Praça Marechal Floriano Peixoto, querendo entender como munícipe qual

objetivo da reforma e da supressão da árvore, ele deseja entender o objetivo até mesmo para ajudar como Conselheiro.

Carlos Mateus explica que esse recurso é para melhorar não só a parte arquitetônica mas como também a grade histórica, explica ainda a questão de Segurança Pública e diz que foi instalada vários pontos de câmeras pela cidade e justifica que algumas árvores são riscos para fiação e para visibilidade, motivo pelo qual estão sendo suprimidas.

José Sávio diz que acha importante ter um contexto explicado, assim tem todo sentido fazer a reforma.

Elisângela explica que serão plantadas trinta (30) Palmeiras Fênix para repor a supressão das árvores.

José Sávio opina que para cada árvore suprimida deveria ser plantada muitas outras no lugar, até mesmo para agradar a parte turística, sugere ainda que toda vez que uma árvore for suprimida plantar outra no lugar ou até mesmo em outros lugares, enchendo a cidade com o verde, colocar vida no local.

Alexandre Humberto fala sobre projetos sociais que pontuam o Município, o Programa Município Verde Azul, em relação ao plantio de árvores, e essa pontuação gera recurso do MIT para o Município.

Adriana sugere um projeto explicando melhor a reforma, dando assim uma melhor explicação para a população.

Elisângela lê um trecho do projeto explicando que cada árvore retirada vai ser compensada.

José Sávio opina que se tem que ser feita a retirada das árvores tudo bem, mas não deve esquecer da “Pegada Ambiental”.

Ficou sugerido a análise pelo setor do Meio Ambiente do que vai ser plantado (Ipê Branco, Ipê Verde, Ipê Amarelo, Quaresmera) para a supressão das árvores tiradas.

Diana explicou a segunda pauta da Reunião que era sobre as multas e notificações em relação às questões do esgoto.

José Sávio pergunta o que o Conselho tem que analisar quando se trata das questões das multas e notificações do esgoto.

Diana explica que o Conselho deva analisar essas questões das multas, ou seja, avaliar.

Sem mais nada a declarar a reunião foi encerrada às doze horas e quinze minutos do mesmo dia.

Participantes: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---